

Governadores apóiam medidas, mas fazem contas

As maiores preocupações são com a necessidade de cortes no orçamento e com a rolagem de dívidas

• RIO, BRASÍLIA, RECIFE E SÃO PAULO. O governador do RJ, Marcello Alencar, afirmou ontem que apóia integralmente as medidas do Governo, mesmo que algumas delas lhe tragam preocupações. A medida que mais o deixa apreensivo é a que diz que nos contratos de refinanciamento da dívida do estado não haverá concessão. Ele esperava poder rever o perfil da dívida que, pelo contrato assinado, tem de ser paga em 0 anos, o que ele considera pouco tempo.

Outra preocupação do governador é com relação a três grandes linhas de financiamentos — para a reforma do estad, para o Baixada Vive e para a Flmitrens — do Banco Interamericano (Bid) e do Banco Mundial (Bm), que já tinham sido aprovadas pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) e terão agora que ser reavaliadas.

— Por outro lado, acho que se temos beneficiados como aumentos do IPI e do Imposto de Renda — afirmou.

O governador determinou ontem mesmo a elaboração de um plano de emergência para adequar às medidas de contenção do Governo federal.

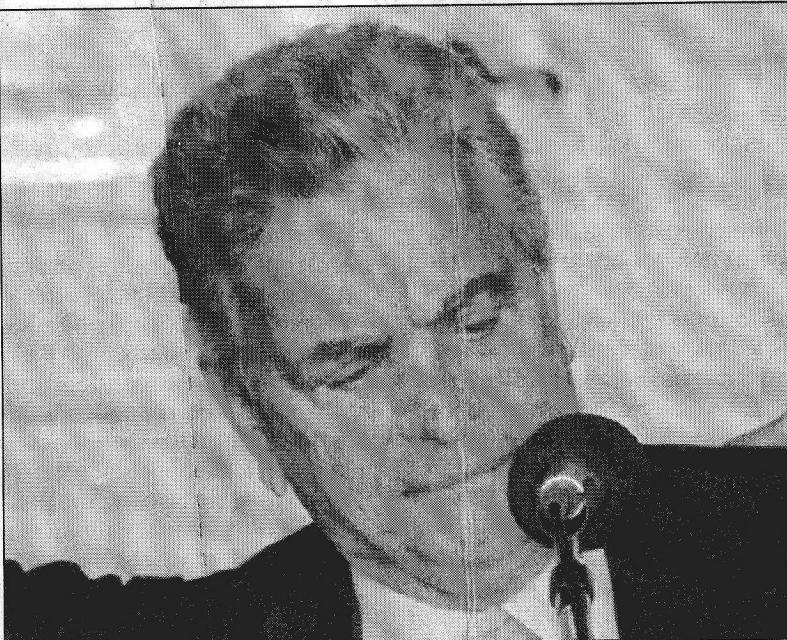
O governador de São Paulo, Mário Covas, evitou comentar as medidas de ajuste fiscal na economia. Ele disse que é difícil fazer mais economia no estado do que já vem fazendo ou cortar ainda mais os gastos. Mas, após atribuir o agravamento da situação econômica do país à globalização, disse que está disposto a colaborar com o Governo federal.

O governador paulista também tentou contemporizar o impacto do pacote junto aos eleitores, principalmente o aumento de Imposto de Renda.

— O Imposto de Renda é, de qualquer forma, o mais justo de todos os impostos. É um imposto direto. Pega as pessoas que têm mais renda. O pior é você aumentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). São regressivos e incidem sobre qualquer compra — afirmou Covas.

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB), disse que as medidas anunciadas provocam preocupação com o impacto na atividade econômica, mas se dispôs a colaborar na defesa do Plano Real.

Paulo Afonso Vieira, governa-



Arquivo

MARCELLO ALENCAR: preocupação com refinanciamento da dívida estadual

dor de Santa Catarina, disse que o pacote foi positivo porque vai contribuir para fortalecer o Real e para garantir a estabilidade do plano econômico. Segundo ele, não haverá demissão de pessoal em seu estado, mas será preciso uma flexibilização para gastar menos.

No Rio Grande do Sul o gover-

nador Antonio Britto convocou o Secretariado para uma reunião, que se alongou durante toda a tarde. Hoje ao meio dia ele anunciará as medidas de contenção de despesas e alguns dos investimentos que serão feitos com parte dos recursos conseguidos com a privatização da Companhia de Telecomunicações no mês passa-

do. Ainda durante a reunião, foi divulgada uma nota oficial, com a orientação de Britto para evitar cortes na área social:

Crítico contundente da política neoliberal adotada pelo Governo, o governador de Pernambuco e presidente Nacional do PSB, Miguel Arraes, afirmou que o Plano de Estabilização Econômica revela o limite de sua fraqueza.

— Não pode haver estabilidade financeira, sem estabilidade social. Infelizmente as perdas vão, mais uma vez e como sempre, para as mesmas cabeças. Pode se dizer que é preciso sacrifício para segurar a situação do país. A pergunta que se segue é: e se a crise se agravar mais adiante, de onde é que vai se tirar recursos? Das mesmas fontes? Não há como esperar que isso aconteça, porque aí ninguém suporta — disse.

Reconheceu, no entanto, que as medidas eram necessárias:

— Dentro da lógica e da política governamental as medidas até que se justificam. O que não é lógico é que a estabilidade financeira implique na falta de estabilidade social, pois a população não tem, sequer, perspectiva de melhoria — afirmou. ■